

Qualidade e Políticas Públicas na Educação 3

Marcia Aparecida Alferes
(Organizadora)



 **Atena**
Editora

Ano 2018

Marcia Aparecida Alferes
(Organizadora)

**Qualidade e Políticas Públicas
na Educação**
3

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

Q1 Qualidade e políticas públicas na educação 3 / Organizadora Marcia Aparecida Alferes. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (Qualidade e Políticas Públicas na Educação; v. 3)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-003-2

DOI 10.22533/at.ed.032181912

1. Avaliação educacional. 2. Educação e estado. 3. Escolas públicas – Organização e administração. 4. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 5. Professores – Formação. I. Alferes, Marcia Aparecida. II. Série.

CDD 379.81

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Estão incluídos, nesta categoria, os textos que tratam da Educação Básica. A Educação Básica segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN tem por finalidades: a) desenvolver o educando; b) assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania; e c) fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

A Educação Básica obrigatória e gratuita deve ser ofertada dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada em pré-escola, ensino fundamental e ensino médio.

Os capítulos sobre Educação Básica trazem artigos sobre o desafio de inclusão de crianças e adolescentes nas escolas; o ensino médio alinhado a formação para o mercado de trabalho; a avaliação da aprendizagem como processo contínuo e formativo; as áreas do conhecimento como promotoras da aprendizagem significativa; as instâncias colegiadas como parceiras do processo de ensino e aprendizagem.

Todos esses assuntos estão alinhados com os princípios sobre os quais o ensino deverá ser ministrado e que se encontram no artigo 3º da LDBEN. Além disso, contemplam o disposto no artigo 205 da Constituição Brasileira, de que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, que será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Marcia Aparecida Alferes

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A EDUCAÇÃO BÁSICA NA AGENDA DO PLANEJAMENTO EDUCACIONAL: UMA ANÁLISE DO SEU CONTEXTO DE INFLUÊNCIA	
<i>Márcia Helena Amâncio</i> <i>Remi Castioni</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0321819121	
CAPÍTULO 2	12
A INCLUSÃO EM ESCOLAS PÚBLICAS UM GRANDE DESAFIO NA ATUALIDADE	
<i>Clair Machado Rangel</i> <i>Eliane Maria Bedinot da Rocha</i> <i>Marilene Felisberto Boff</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0321819122	
CAPÍTULO 3	20
A SUSTENTABILIDADE DIANTE DE UMA CRISE CIVILIZATÓRIA	
<i>Raquel Fernanda Ghellar Canova</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0321819123	
CAPÍTULO 4	26
AFETIVIDADE E LÍNGUA INGLESA: UM ESTUDO SOBRE CRENÇAS DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM	
<i>Tauã Carvalho de Assis</i> <i>Neuda Lago</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0321819124	
CAPÍTULO 5	39
ANÁLISE DE DESEMPENHO DE CONCLUINTEs DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM TESTE DE CRIATIVIDADE EM MATEMÁTICA	
<i>Mateus Gianni Fonseca</i> <i>Juliana Campos Sabino de Souza</i> <i>Cleyton Hércules Gontijo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0321819125	
CAPÍTULO 6	49
ANÁLISE DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA OFERTADA AOS ALUNOS PAEE EM ESCOLAS PÚBLICAS	
<i>Maria Aparecida Ferreira de Paiva</i> <i>Tatiane Regina dos Santos Quarantani</i> <i>Amanda Garcia Bachiega</i> <i>Vera Lúcia Messias Fialho Capellini</i> <i>Ana Paula Pacheco Moraes Maturana</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0321819126	
CAPÍTULO 7	57
ANÁLISE DE LIVROS DE BIOLOGIA OFERTADOS PARA O ENSINO MÉDIO DE ESCOLAS ESTADUAIS E FEDERAIS	
<i>Camila Maria de Souza Silva</i> <i>Wellington Alves Piza</i> <i>Mirella de Fátima Silva</i> <i>Gabriella Ramos de Menezes Flores</i> <i>Rafaela Franco Dias Bruzadelli</i> <i>Caroline de Souza Almeida</i> <i>Ingridy Simone Ribeiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0321819127	

CAPÍTULO 8 61

DISSONÂNCIAS E RESSONÂNCIAS: A (IN)VISIBILIDADE DA CRIANÇA NO ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS

Maria Carolina Branco Costa

Marcia Cristina Argenti Perez

DOI 10.22533/at.ed.0321819128

CAPÍTULO 9 77

EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO MÉDIO DO CEPAE/UFG: A COMPREENSÃO DE ESTUDANTES SOBRE ESTE COMPONENTE CURRICULAR

Dayse Alisson Camara Cauper

Tiago Onofre da Silva

DOI 10.22533/at.ed.0321819129

CAPÍTULO 10 84

ENSINO MÉDIO EM FOCO: POLÍTICA EDUCACIONAL, MERCADO E EDUCAÇÃO PÚBLICA

Ana Lara Casagrande

Kátia Morosov Alonso

DOI 10.22533/at.ed.03218191210

CAPÍTULO 11 96

FATORES CONTEXTUAIS ASSOCIADOS AO DESEMPENHO DOS ESTUDANTES DO 7º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA DE MINAS GERAIS EM LÍNGUA PORTUGUESA

Luiz Vicente Fonseca Ribeiro

Ana Luísa Marlière Casela

Wagner Silveira Rezende

Naira da Costa Muylaert Lima

DOI 10.22533/at.ed.03218191211

CAPÍTULO 12 111

FATORES QUE AFETAM / INFLUENCIAM NO IDEB DE ESCOLAS DE PELOTAS/RS: ALGUMAS ANÁLISES ENTRE O ALTO E BAIXO INDICADOR

Évelin Rutz

Deise Ramos da Rocha

Nadiane Feldkercher

Álvaro Luiz Moreira Hypolito

DOI 10.22533/at.ed.03218191212

CAPÍTULO 13 116

INTERDISCIPLINARIDADE NA ESCOLA ATUAL: UMA EXPERIÊNCIA ENTRE GEOGRAFIA E EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO DA HISTÓRIA E DA CULTURA AFRICANA

Sebastiana de Fátima Gomes

Juliana Inhesta Limão Thiengo

DOI 10.22533/at.ed.03218191213

CAPÍTULO 14 123

METODOLOGIA DE ENSINO-APRENDIZAGEM-AVALIAÇÃO PARA ALUNOS DO PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA JÚNIOR APRENDEREM MATEMÁTICA ATRAVÉS DE PROBLEMAS

Cristiane Johann Evangelista

Dilson Henrique Ramos Evangelista

DOI 10.22533/at.ed.03218191214

CAPÍTULO 15	131
MOVIMENTOS SOCIAIS E CONSELHOS DE CONTROLE SOCIAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
<i>Maria Raquel Moura de Sousa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.03218191215	
CAPÍTULO 16	142
O CERRADO NA CONCEPÇÃO DOS ALUNOS: UM ESTUDO NAS ESCOLAS RURAIS NO MUNICÍPIO DE RIO VERDE GOIÁS	
<i>Franciane Prado Gonçalves</i>	
<i>Tatiane Rodrigues Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.03218191216	
CAPÍTULO 17	149
O CONSELHO ESCOLAR E ATUAÇÃO PRÁTICA NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA: BREVES CONSIDERAÇÕES.	
<i>José Pedro Garcia Oliveira</i>	
<i>José Carlos Martns Cardoso</i>	
DOI 10.22533/at.ed.03218191217	
CAPÍTULO 18	162
O MOVIMENTO SECUNDARISTA “OCUPA TUDO RS”: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA EM SANTA CRUZ DO SUL	
<i>João Luís Coletto da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.03218191218	
CAPÍTULO 19	171
O NOVO ENSINO MÉDIO E A FORMAÇÃO INTEGRAL DO SER HUMANO: UM CONVITE À REFLEXÃO	
<i>Luis Roberto Ramos de Sá Filho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.03218191219	
SOBRE A ORGANIZADORA	178

A SUSTENTABILIDADE DIANTE DE UMA CRISE CIVILIZATÓRIA

Raquel Fernanda Ghellar Canova

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – *Campus* Santa Rosa, RS. E-mail: raquel.canova@iffarroupilha.edu.br

RESUMO: A sustentabilidade é um conceito muito difundido, apesar de algumas pessoas o utilizarem sem conhecer seu real significado. Este texto apresenta uma reflexão teórica sobre algumas possíveis causas da relação entre a crise civilizatória que se vive atualmente e a sustentabilidade (ou a falta dela). Tem como objetivo principal apresentar alternativas para superar essa crise e difundir a efetiva sustentabilidade, principalmente pela promoção do “bem viver” e da Educação Ambiental. Para isso, destaca-se que o cuidado com o meio ambiente inclui o cuidado com o ser humano, considerando que este é parte da natureza e não exterior a ela; esta é a verdadeira sustentabilidade. O “bem viver” refere-se à qualidade de vida que está relacionada a um projeto de sociedade que vai muito além do direito à saúde, educação e segurança. A Educação Ambiental vem como possibilidade de mudança de realidade, pois a sustentabilidade não ocorre em sua plenitude em uma sociedade egoísta em relação à natureza, como a que temos hoje. Além disso, a Educação Ambiental pode promover a valorização da cultura e das potencialidades

de cada região (desenvolvimento local), o que irá contribuir para a compreensão da real importância do desenvolvimento sustentável. A partir das reflexões apresentadas é possível observar que a sustentabilidade pode contribuir ainda mais (do que contribui hoje) para a mudança da sociedade que temos (competitiva, individualista, que explora o homem pelo homem, que não respeita o tempo da natureza, que promove a homogeneização da cultura) em direção ao que queremos e podemos ter (ética, que se vê como parte da natureza, que valoriza a cultura local). Enfim, observa-se que a promoção do “bem-viver” e a Educação Ambiental podem auxiliar na superação da crise civilizatória vivida pela sociedade moderna.

PALAVRAS-CHAVE: Sustentabilidade; Bem viver; Educação Ambiental.

INTRODUÇÃO

A sustentabilidade é um tema muito discutido, porém, nem sempre sob a ótica do seu real significado. A partir desse pressuposto, este texto apresenta uma reflexão, realizada a partir de uma revisão bibliográfica, sobre a crise de dimensões civilizatórias que se vive desde a entrada na chamada “modernidade” e como esta interfere nas questões da sustentabilidade.

A denominação de crise civilizatória dá-se pelo fato de que a crise atual não representa apenas a falta de recursos, ou seja, o problema não se restringe à perda de florestas, água limpa ou ar puro. Há uma crise ética, relacionada com a forma de pensamento que foi estabelecida na sociedade com a modernidade: a competição, o individualismo, a exploração do homem pelo homem, a aceleração do tempo, a homogeneização da cultura. Essas características da sociedade moderna contribuem para a sustentabilidade que temos hoje, mais voltada às questões de *marketing* do que efetivamente às ambientais.

1 | A PROMOÇÃO DO “BEM VIVER” COMO FORMA DE DESENVOLVER A IDENTIDADE LOCAL E A SUSTENTABILIDADE

Os conceitos de desenvolvimento sustentável e de sustentabilidade foram apresentados pela primeira vez na década de 80. Estes se referem ao fato de que as ações atuais devem suprir as necessidades dessa geração, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações; ou seja, é o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro.

Apesar disso, muitos conhecimentos construídos ao longo dos tempos têm sido usados para explorar o patrimônio natural. O meio ambiente, em vez de ser considerado como fonte de vida, tem sido visto como recurso inesgotável a ser explorado. Muito mais que problemas ambientais, desencadeia-se uma crise civilizatória, na qual a história humana se separa da história da natureza (LEFF, 2006).

A natureza, tratada como objeto explorado e dominado, passa a ser subdividida em seus componentes físicos, químicos e biológicos. As ciências humanas passam a ser divididas em Economia, Sociologia, Antropologia, História, Psicologia... A separação entre as ciências humanas e ciências da natureza está muito presente na organização curricular das escolas de Educação Básica, o que contribui para a fragmentação do conhecimento e da percepção do real. A ideia de um universo integrado foi sendo substituída pela fragmentação em todos os setores da atividade humana (MELLER, 2007).

Nesse contexto, a crise civilizatória está intimamente ligada à ciência moderna, pois essa é fragmentada e supervaloriza os conhecimentos tecnológicos. Entretanto, essa crise não será resolvida de maneira imediata, uma vez que implica na substituição da racionalidade técnica por uma nova racionalidade, que Leff associa a um novo saber – o saber ambiental – “Trata-se de um saber que não escapa à questão do poder e à criação de sentidos civilizatórios” (LEFF, 2009, p. 231).

A padronização mundial proposta pela globalização embasada na racionalidade técnica, leva à perda da identidade local. “Enquanto a economia global se expande, os ecossistemas locais se deterioram” (DIAS, 2002, p. 20), o que dificulta o trabalho

de sensibilização para o desenvolvimento da Educação Ambiental contextualizada, crítica e contínua que contribua para vivência de valores éticos necessários à condição humana.

Vale ressaltar que no estágio em que se encontra, a crise civilizatória não será resolvida tão somente com a prática da Educação Ambiental; é necessário romper a barreira da globalização e promover o desenvolvimento endógeno a partir da redistribuição de renda e da promoção do “*Sumak Kawsay*” (ou bem viver).

O “bem viver” está em desenvolvimento em diversos países sul-americanos (principalmente Bolívia e Equador) com a mesma essência, mas adaptando-se a cada realidade social e ambiental e mudando a relação que a sociedade tem com a natureza (GUDYNAS, 2011). Pode-se afirmar que o *Sumak Kawsay* representa o retorno da ética às relações do homem com a natureza, principalmente ao deixar de vê-la exclusivamente como mercadoria. Isso é fundamental para que a sustentabilidade se efetive naturalmente e não seja apenas um modismo ou uma estratégia de *marketing* para as empresas.

É importante lembrar que o cuidado com o meio ambiente inclui o cuidado com o ser humano, considerando que este é parte da natureza e não exterior a ela; essa é a verdadeira sustentabilidade. O que se espera é que aconteça a igualdade de relações e assim se tenha outra forma de recriar e atribuir valores.

O “bem viver” é uma ideia social mobilizadora, que vai além do conceito de desenvolvimento apresentado pela tradição ocidental². Para melhor compreender a questão do desenvolvimento ocidental, é importante analisar o que o economista espanhol José Manuel Naredo discute a respeito da economia e sua relação com o desenvolvimento e a degradação ambiental.

No século XVIII “descobriu-se” que o Planeta não cresce como as plantas, o

1 O Bem Viver, *Buen Vivir* ou *Sumak Kawsay* (língua *kichua*; *viver plenamente* em português) são conceitos que se complementam e são originalmente Latino-Americanos. Referem-se à qualidade de vida que está relacionada a um projeto de sociedade que vai muito além do direito à saúde, educação e segurança. Difere-se do conceito de “bem-estar”, no qual os bens materiais são determinantes, pois esse desconsidera outras questões como conhecimento, valores humanos, ética, valorização da cultura. O conceito de “bem viver” não está nem próximo de discursos relacionados ao crescimento econômico e ao aumento do consumo; esse é o seu grande desafio: fazer com que os seus ideais passem a ser ações concretas, apesar da sedução do poder econômico. Na Bolívia a discussão acerca do “bem viver” já está avançada, e sua compreensão vai ao encontro da geração de produto social e distribuição justa da riqueza. Outro país que tem a questão do bem viver regulamentada em lei é o Equador. Esse apresenta como “política do bem viver”, que se trata de um conjunto de direitos garantidos a todos os cidadãos equatorianos. Além disso, ambos buscam, a partir desses princípios, ter a base para reformular o desenvolvimento. Enfim, o “bem viver” propõe a incorporação da natureza na história como parte inata do ser social e não como meio de produção. As contribuições acerca desse conceito levam, principalmente, a duas ideias: há os que defendem que esse tem como base essencialmente os saberes indígenas (e isso reporta a outra questão: de qual povo indígena, de qual cultura?); e os que afirmam que as características mostram que teve origem no socialismo, pois fala de distribuição igualitária de renda. Assim observa-se que não é possível basear-se em um exemplo e a partir de então aplicar, nos mesmos moldes, para toda a América Latina. Isso caracterizaria simplificação e homogeneização, exatamente ao contrário da essência da proposta: respeito à diversidade e a coletividade, bem como a integração entre os povos e culturas (GUDYNAS, 2011).

2 O modelo de desenvolvimento econômico vigente na tradição ocidental valoriza o aumento de riqueza em detrimento da conservação do patrimônio cultural (BRASIL, 1997).

que causou espanto aos que assim pensavam e incentivavam a exploração do ambiente sem limites, pois para eles, esse “reconstituía-se” naturalmente; inclusive e principalmente, quando se tratava dos combustíveis fósseis, considerados até então como renováveis e infinitos. Os economistas, ao se depararem com essa situação, optaram pelo mercado, para garantir a produção e, conseqüentemente, os lucros, em detrimento do cuidado com o meio ambiente. A partir da metade do século XX, os economistas passaram a discutir a economia a partir de duas vertentes principais: a economia ambiental e a economia ecológica (NAREDO, 2010).

O desenvolvimento ocidental, caracterizado pela exploração e devastação do meio ambiente, é regido pela economia ambiental que pode ser caracterizada, simplificada, a partir da ideia de valoração do patrimônio natural. Ou seja, reconhece-se o valor (financeiro) de tudo que a natureza oferece. Porém, ao se constatar que o valor de um ambiente (entende-se aqui a “soma financeira” de toda biodiversidade do local) é menor que os impactos “positivos” (empregos, impostos,...) que a instalação de uma fábrica, por exemplo, irá trazer, justifica-se a destruição do ambiente natural.

Em contrapartida a esse fundamento está a economia ecológica que tem Naredo como um de seus maiores defensores. A economia ecológica contempla o que defende o “bem viver”. A partir dessa perspectiva, compreende-se que cada ser tem um valor intrínseco, apenas pelo fato de existir. Também se compreende a necessidade do acesso e do uso do patrimônio natural, mas sob a perspectiva da sustentabilidade e não da exploração predatória, como defende a economia ambiental.

2 | A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A SUSTENTABILIDADE

A Educação Ambiental é um tema polêmico e bastante discutido, principalmente pela dificuldade que se tem em trabalhá-la para que seja a orientadora da política e da ética socioambiental. Devido a isso, como forma de valorizar e, ao mesmo tempo, incentivar a efetivação da Educação Ambiental, no Brasil, em 1999 foi criada a Lei 9.795, que dispõe sobre a Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). Além de outros aspectos, apresenta como um dos princípios básicos “[...] a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais [...]” (BRASIL, Lei 9795/99).

Por outro lado, quando se trabalha os vínculos de identidade com o entorno socioambiental, trabalha-se também a sensibilidade, a emoção, os sentimentos, o que faz com que a concepção de Educação Ambiental seja exatamente o oposto ao “adestramento ou a simples transmissão de conhecimentos científicos” (BRASIL, 1997, p. 182). Tal concepção emerge como uma possibilidade para articular experiências, sentimentos, saberes socioambientais que contribuam para o desenvolvimento de uma nova visão de mundo e conseqüentemente para uma “nova” sustentabilidade.

Assim sendo, a Educação Ambiental deixa de ser uma preocupação localizada e difundida por uma minoria para transformar-se em atividades educativas articuladoras de práticas pedagógicas formais e não formais.

A educação entendida como ideal por muitos estudiosos para a formação de um ser humano integral, transita por inúmeras relações, que vão desde as intersubjetivas, passando por aquelas pactuadas socialmente, até as que se referem às relações com a natureza. Segundo Morin (2000, p. 39), “a educação deve favorecer a aptidão natural da mente em formular e resolver problemas essenciais e, de forma correlata, estimular o uso total da inteligência geral”.

Com isso espera-se que a Educação Ambiental, além de desenvolver hábitos e atitudes de sustentabilidade, motive à problematização da realidade, como requisito essencial à melhoria das condições naturais e da forma como as pessoas se relacionam consigo mesmo e com os demais. Por isso, a Educação Ambiental deve ser abordada numa perspectiva crítica que apresenta um papel relevante por envolver a política, a ciência e a ética. Possibilita a realização de discussões de temas contextualizados num enfoque político-emancipatório, a partir de práticas educativas participativas, não se limitando em desenvolver apenas uma sensibilização ingênua e o fornecimento de informações desconectadas.

Em relação à relevância social da Educação Ambiental, é importante compreender se a crise ambiental que se vive hoje é resultado das relações fracassadas entre sociedade-natureza ou se é algo mais amplo, nas dimensões de uma crise civilizatória. Nesse sentido ‘relações fracassadas’, referem-se à condição de superioridade na qual a sociedade moderna se coloca em relação à natureza, tratando-a como ‘recurso’ para exploração sem limites. Essa realidade precisa mudar, pois a sustentabilidade não ocorre em sua plenitude em uma sociedade egoísta em relação à natureza.

Para amenizar tais efeitos, destaca-se a importância de contribuir para a “formação de uma consciência humanística e ética de pertencer à espécie humana, que só pode ser completa com a consciência do caráter matricial da Terra para a vida, e da vida para a humanidade” (MORIN, 2003, p. 39).

Portanto, assumir a Educação Ambiental crítica, é tomar partido nesta disputa, é enfrentar o projeto de sociedade que aliena, é desconstruir a cultura escolar da subordinação frente à realidade. Esta mudança de postura contribui para a sustentabilidade e o enfrentamento da crise da sociedade moderna.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sustentabilidade em seu conceito fundamental, no qual há a preocupação com as gerações futuras, é a perspectiva para reverter os problemas de exploração indiscriminada do meio ambiente e da parte marginalizada da sociedade.

Como contribuição para este processo, a promoção do “bem viver” é uma

alternativa real, pois nos países que o adotaram, isso é lei cumprida (não fica apenas no papel), na qual direitos são garantidos a todos os cidadãos. Além disso, a Educação Ambiental deve promover a valorização da cultura e das potencialidades de cada região (desenvolvimento local), o que irá contribuir para a compreensão da real importância do desenvolvimento sustentável.

Enfim, a promoção do “bem-viver” e a Educação Ambiental podem contribuir para a superação da crise civilizatória vivida pela sociedade moderna que assim poderá atingir a sustentabilidade plena.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: meio ambiente**. Brasília, DF, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/meioambiente.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2016.

_____. **Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a EA, institui a Política Nacional de EA e dá outras providências. Diário Oficial da União, 28 abr. 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm> Acesso em: 15 maio 2016.

DIAS, Genebaldo Freire. **Iniciação à temática ambiental**. São Paulo: Gaia, 2002.

GUDYNAS, Eduardo. Buen Vivir: germinando alternativas al desarrollo. **América Latina en Movimiento**. ALAI, Quito, n.462: 1-20, Fevereiro 2011. Disponível em: <<http://www.globalizacion.org/analisis/GudynasBuenVivirGerminandoALAI11.pdf>>. Acesso em 20 de mar. 2016.

LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. Traduzido por Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2006. Tradução de: Racionalidad ambiental: La reapropiación social de la naturaleza.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Traduzido por Lúcia Mathilde Endlich Orth. 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. Tradução de: Saber ambiental: sustentabilidad, racionalidad, complejidad, poder.

MELLER, Cleria Bitencorte. **Tecer, lançar e recolher redes de saberes ambientais de atores sociais que se envolvem com a suinocultura**. Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Pós-Graduação em Educação. São Leopoldo, 2007.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Tradução de Eloá Jacobina. 8.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. Tradução de: La tête bien faite.

_____. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Tradução de: Catarina E. F. da Silva e Jeanne Sawaya. 2.ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000. Tradução de: Les sept savoirs nécessaires à l'éducation du futur.

NAREDO, José Manuel. **Raíces económicas Del deterioro ecológico y social**. 2.ed. Madrid, Espanha: Siglo XXI, 2010.

